

A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do Estado

Vitor de Moraes

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim
e-mail: vitorde Moraespr@gmail.com

Clifford Andrew Welch

Doutor em História pela Duke University
Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos
e-mail: cliff.a.welch@gmail.com

Resumo

O presente artigo explicita a disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu – Paraná. Analisa-se a participação dos movimentos socioterritoriais, o papel do Estado, a construção do plano diretor, lançado em 2003, e as atividades do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC). Demonstra-se as contradições do modelo de desenvolvimento implantado no território. Destaca como representação do campesinato, a atuação dos movimentos socioterritoriais no território, com ênfase na participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo análise, o MPA e o MST foram especialmente importantes na materialização da resistência e luta camponesa por territórios e políticas públicas. Apresentam-se informações quantitativas sistematizadas, a partir de estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos censos de 1991, 2000 e 2010, dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), para melhor examinar as mudanças e permanências, que os municípios do Território Cantuquiriguaçu passaram nos últimos tempos.

Palavras-chave: Território Cantuquiriguaçu; políticas públicas e Estado; movimentos socioterritoriais.

Resumen

Las políticas de solución de controversias y de control territorial en el territorio Cantuquiriguaçu - Estado de Paraná: la participación de los movimientos socio-territorial y el papel del Estado

Este artículo explica las políticas de disputa y control territorial en el territorio Cantuquiriguaçu – Paraná. Analizase la participación de los movimientos socioterritorial, el papel del Estado la construcción del plan maestro, lanzado en 2003, y las actividades del Consejo del Territorio Cantuquiriguaçu (CONDETEC). Preséntase las contradicciones del modelo de desarrollo implementado en el territorio. Erige-se cómo una representación de los campesinos de la ejecución de movimientos socioterritorial en el territorio, con énfasis en la participación del Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA) y de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Según el análisis, el MPA y el MST fueron especialmente importantes en la realización de la resistencia campesina y la lucha por el territorio y las políticas públicas. Presentase información sistemática cuantitativa de las estadísticas

elaboradas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) en los censos de 1991, 2000 y 2010, los datos del Atlas de Desarrollo Humano (2013), para examinar más a fondo los cambios y continuidades que los municipios Territorio Cantuquiriguaçu aprobó recientemente.

Palabras clave: Territorio Cantuquiriguaçu; política pública y el Estado; movimientos socio territorial.

Abstract

The territorial dispute and control policies in the territory Cantuquiriguaçu - State of Paraná: the participation of socio-territorial movements and the role of the state

This article explains the territorial dispute and control policies in the territory Cantuquiriguaçu - Paraná, the participation of socio-territorial movements and the role of the state. The construction of the master plan, released in 2003, and the activities of the Council of the Territory Cantuquiriguaçu (CONDETEC) development, showing the contradictions of the development model implemented in the territory. Stands as a representation of the peasantry the performance of socio-territorial movements in the territory, with emphasis on the involvement of the Small Farmers Movement (MPA) and the Landless Workers Movement (MST). According to analysis, the MPA and the MST were especially important in the realization of peasant resistance and fight for territory and public policy. It also offers quantitative systematic information from statistics produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in censuses of 1991, 2000 and 2010, data from the Atlas of Human Development (2013), to further examine the changes and continuities that municipalities Territory Cantuquiriguaçu passed recently.

Keywords: Cantuquiriguaçu Territory; la y el state public policy; them socio-territorial movimientos.

Introdução

A referida pesquisa é resultado da dissertação de mestrado em Geografia na UNESP SP, Campus de Presidente Prudente e enfocou a disputa territorial, abordada de forma mais explícita por meio das dimensões da questão agrária e das políticas públicas implantadas no território. Esse plano fora elaborado por um conjunto de representantes governamentais, entidades e movimentos sociais em 2003, a partir das diferentes dimensões como territorial e econômica, social, cultural e político-institucional.

Para tanto, a análise se deteve em comparar a realidade encontrada em 2003, a partir dos debates promovidos, dos dados do censo 1991 e 2000 que foram subsídios para a concretização do Plano Diretor em 2003 e ao mesmo tempo fazer uma relação e comparação da realidade com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006 e 2010, e do Atlas de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2013.

Realizou-se também um estudo acerca da implantação do Território Cantuquiriguaçu e as lutas, os embates, a intervenção do Estado e as disputas por políticas públicas no desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Além disso, há uma análise para explicitar como os sujeitos conseguem direcionar na luta as políticas públicas e como o “estado de classe” usa suas artimanhas para “driblar” o povo e fazer como quer e para quem quer.

O Território Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná

A mesorregião Cantuquiriguaçu localiza-se no Centro Sul do Estado do Paraná. Compreende os municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cândói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Marquinho, Goioxim, Cantagalo, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Ibema, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu e Palmital.

Em 1984, o território passou a denominar-se Cantuquiriguaçu. Em 07 de agosto do referido ano, Valmir Gomes da Rocha Loures, prefeito de Laranjeiras do Sul e João Ceccura, prefeito de Palmital, fundaram a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. João Ceccura foi nomeado o primeiro presidente. O nome do território foi escolhido devido aos municípios associados se localizarem nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003). Essa região foi assim denominada, a partir de 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, (MDA) de Território da Cidadania. Segundo Brasil (2013):

Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2013, p. 1).

O processo de formação da identidade do território da Cantuquiriguaçu teve sua primeira configuração em 1984, quando os prefeitos dos municípios do território começaram a se articular e criaram, naquele mesmo ano, a Associação dos municípios da Cantuquiriguaçu (IPARDES, 1997). Nesse sentido, o referido estudo dá ênfase na compreensão de como foi se estabelecendo, a partir de 1984, a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, inicialmente com sede em Curitiba (IPARDES 2007). Sobre isso, Martins (2001), afirma que:

[...] a noção actual de autarquia local [...] aparece mais recentemente em estreita ligação com a legitimação democrática do poder de Estado e com a dialéctica centralização-descentralização subjacente ao desenvolvimento da organização territorial do Estado Moderno é (re) centrar o debate onde ele efectivamente deve estar: a definição do poder local há de resultar do que quisermos que o Estado seja, no fundo, o que está verdadeiramente em causa é o modelo de organização política e administrativa da sociedade (democrática, participativa) em que vivemos (MARTINS, 2001, p.18).

Em 2002, a sede da Associação muda de Curitiba para Laranjeiras do Sul e, dessa forma, fica mais presente no espaço territorial. Esse novo formato de articulação política dos prefeitos, possibilitou a inserção da sociedade civil no processo de desenvolvimento territorial. Então, inicia-se um amplo processo de debate para elaboração de diretrizes políticas para o território. Esse debate coletivo envolveu todas as organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais do campo, culminando em 2003, com a elaboração do primeiro Plano Diretor.

Cantuquiriguaçu: um marco do desenvolvimento territorial

Dentre as políticas conquistadas e implantadas no Território Cantuquiriguaçu, vale destacar aquelas que resultaram da luta dos movimentos socioterritoriais, com a conquista e a efetivação de diversas ações. Podemos citar como o primeiro marco da Educação do Campo no território, que foi também, marco na Educação do Campo no Paraná, a II Conferência Estadual por uma Educação do Campo, realizada em 2000, no município de Porto Barreiro, momento em que saiu o Plano de Ação, documento final chamado de “Carta de Porto Barreiro”. Essa conferência foi fruto das diversas lutas travadas pelos movimentos

sociais e sindicais, que perceberam a necessidade da educação como dimensão indispensável na luta de resistência a terra e pela terra.

Antes da conferência já ocorria no território, a formação de lideranças no campo pelo projeto “Terra Solidária” que, conforme o Projeto Político Pedagógico, “Terra Solidária” (2001), era coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/ CUT), Escola Sindical Sul e Deser, com abrangência nos três Estados do Sul, construído pelos agricultores familiares e suas organizações, desde 1999. Essas organizações tinham o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e solidário, com base na consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, na geração de trabalho e renda, bem como buscar o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico, baseado em princípios agroecológicos.

A Educação do Campo, com princípios pedagógicos e curriculares diferenciados em relação à formação tradicional, apresentava princípios a partir dos trabalhadores (as) do campo, como a democracia, a integralidade do ser humano, como instrumento de reflexão crítica e de libertação, contra as discriminações, com dimensões ideológicas, políticas e técnicas, “Especialização em Educação do Campo (2006)”, que foi desenvolvida com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A implantação da primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), iniciou em 2010 tendo sua conclusão em 2013.

Em 2009, efetivou-se a especialização em Educação do Campo na UNICENTRO, com duas turmas concluídas e outras duas com início provável para março de 2014. Nesse aspecto, merece destaque o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecológico (CEAGRO), com gestão dos Movimentos Socioterritoriais, que compõem a Via Campesina e com a implantação de cursos vinculados ao desenvolvimento do campo na perspectiva da pequena propriedade. Outros fatores especiais que contribuíram nesse período de formação do território foram à conquista de algumas prefeituras nas eleições de 2004 e 2008, que seriam governadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nos municípios de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras. Uma coligação em Cândói possibilitou ao PT ocupar a Secretaria Municipal de Educação, no governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e em Laranjeiras do Sul, ocupou-se as secretarias de agricultura e educação, também num governo do PMDB.

Ainda é de relevância, destacar o projeto “Saberes da Terra”, pioneiro no Paraná, gestado pela Associação dos Prefeitos do território, por meio da câmara Setorial de Educação e de Agricultura do CONDETEC, em parceria com onze prefeituras, tinha o intuito de qualificação social e profissional para o trabalho na pequena propriedade, com currículo adequado de acesso ao conhecimento local, ao conhecimento historicamente produzido e articulá-lo à prática efetiva na qualificação da propriedade e da criticidade dos sujeitos. Para Costa (2010):

O Programa Saberes da Terra é um Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrado com a qualificação profissional para Agricultores Familiares/ camponeses que tem como objetivo desenvolver uma política de Educação do Campo que possibilite a esses/as Jovens e Adultos/as, trabalhadores/as agrícolas excluídos/as do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização, na modalidade de Jovens e Adultos, integrando ensino fundamental e qualificação profissional e social (COSTA, 2010, p.88).

Costa (2010) enfatiza que o Projeto Saberes da Terra no Território Cantuquiriguaçu teve sua execução pautada em três pilares fundamentais, concernentes aos aspectos de gestão 39. A parceria ocorreu entre o Ministério da Educação (MEC), a Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu (proponente) e as Prefeituras municipais que se envolveram no projeto através das Secretarias de Educação.

Outro avanço ocorrido nesse âmbito se dá a partir das escolas do/no Campo, principalmente o Colégio Iraci Salete de Rio Bonito do Iguaçu, exemplo de luta e resistência, construído dentro de um assentamento. É a instituição de ensino base para nove escolas

itinerantes do MST, no Estado do Paraná. O colégio atua com proposta pedagógica diferenciada, com ciclos de formação humana, conselho de classe participativo, classe intermediária, diálogo e início da implantação dos Complexos de estudo, dentre outras especificidades, que coloca o educando como ser humano, e não meramente como um aluno receptor do conhecimento racional tradicional apresentado pela educação tradicional, sem dialogar com a realidade.

Nessa perspectiva, um dos marcos significativos desse movimento de disputas por políticas públicas emancipatórias foi a conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* universitário conquistado pela luta do movimento organizado e articulado dos sujeitos orgânicos dos movimentos sociais camponeses. Essa luta, de certa forma, constituiu uma base que possibilitou a inserção de praticamente toda sociedade, na luta pela universidade, inicialmente o movimento Pró-Universidade Popular, mas que em seguida, em virtude da legislação brasileira para o ensino universitário, acabou por ser uma universidade dentro das regras pré-estabelecidas do Estado Nação. Nesse sentido, Mohr (2012) afirma que:

[...] esse debate iniciou-se ainda no primeiro semestre do ano de 2005, intensificando-se com reuniões periódicas de um coletivo com representações das prefeituras de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Cândói e Laranjeiras do Sul e representantes dos movimentos sociais e entidades citados acima. No primeiro semestre de 2006, porém, a partir de articulações com representantes da Via Campesina, observou-se que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina também acontecia forte mobilização em torno da conquista de uma universidade federal pública e gratuita para a mesorregião da grande fronteira do Mercosul. Optou-se então por agregar estes esforços em torno do movimento pró-universidade nos três Estados do Sul, compondo assim um movimento maior e mais completo (MOHR, 2012, p.797).

No entanto, o fato da universidade ser construída em um assentamento, conquistada pelos movimentos sociais, os quais tiveram participação na elaboração dos cursos diferenciados, com cunho de desenvolvimento territorial. Essa conquista se coloca como crucial a alimentação das esperanças de desenvolvimento territorial.

Também se destaca no Território, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, doravante designado CEAGRO, com o papel de auto-organização e de pesquisa na formação dos técnicos no CEAGRO, na perspectiva da construção da socioeconomia solidária e da Agroecologia nos assentamentos e demais comunidades onde estes atuam. Em 2005 a 2007, realizou-se uma especialização em Educação do Campo, por meio de parcerias entre os municípios de Cândói, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul, PRONERA/UFPR, foram formados 50 educadores (as) com mais de 640 horas de formação específica em currículo, e princípios pedagógicos vinculados à Educação do Campo.

Como base para efetivação da formação dos sujeitos, que atuam na realidade educacional do campo, realizou-se em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), outro Curso de Especialização em Educação do Campo. Durante quase dois anos os educadores (as) desses municípios se reuniram para debater, estudar e encaminhar estudos e tarefas relativas à Educação do Campo. A Especialização em Educação do Campo no Território iniciou em dezembro de 2005 e teve encerramento em novembro de 2007. Além disso, iniciou a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo do Paraná, parceria dos movimentos camponeses, algumas prefeituras do território e UNICENTRO/PR, a formação por área do conhecimento, que se insere num novo território universitário com novos debates e tensões.

Dentre as conquistas, está a Casa Familiar Rural (CFR), que tem formado filhos de camponeses (as) para atuar na propriedade, sem deixar de lado o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. É uma política da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR-SUL) e do governo do Paraná, em

parceria com os municípios. O conselho tem participação efetiva na ampliação e manutenção no território. Sobre a criação da ARCAFAR-SUL cita-se:

Fundada em 08 de Junho de 1991, em Barracão, no extremo sudoeste do Estado do Paraná, [...] está instituída como uma associação cultural e beneficente, que tem como objetivo a coordenação de um trabalho filantrópico a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens agricultores, de ambos os sexos, a permanência no meio em que vivem proporcionando uma formação integrada com a sua realidade. Pretende, assim, oferecer condições para a inserção desses jovens na sua comunidade e com isto proporcionar novas oportunidades, geração de renda, inclusão social, qualidade de vida, cidadania e dignidade. Hoje, a ARCAFAR SUL abrange 204 municípios em todo o Sul do Brasil. São 70 Casas Familiares Rurais e 02 Casas Familiares do Mar, sendo que, cada uma abrange em torno de três municípios. No Paraná, são 42 CFRMs, divididas em três setores; em Santa Catarina são 22 e o Rio Grande Sul compreende 08 CFRs (ARCAFAR- SUL, 2013, p.1).

Ainda no âmbito educacional, realizaram-se diversos seminários, simpósios, conferências e encontros de Educação do Campo, a nível de região sul, estadual, territorial e outros a nível municipal, de comunidades e de escolas.

Diante disso, pode-se afirmar que se não fosse a visão de mundo dos movimentos socioterritoriais, seria impossível pensar nessas conquistas, pois comumente elas não fazem parte da prática hegemônica, antes disso, jamais se poderia pensar em cursos de graduação em Educação, especialização em Educação, universidades, projetos de assistência técnica, a partir dos pequenos agricultores, educadores(as), jovens e crianças do território.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com um *campus* no Assentamento 8 de Junho, em Laranjeiras do Sul é mais um exemplo do protagonismo dos movimentos socioterritoriais. Mostra como é possível, por meio da luta, fazer a territorialização do campo, também no campo educacional. Essas políticas podem estar carregadas de heranças de um desenvolvimento funcional do neoliberalismo, no entanto, arrisca-se a dizer que na sua concretude isso se mostra de forma contraditória, várias políticas pensadas a partir dos sujeitos provocaram seu acesso a direitos ainda negados.

A afirmação de que tudo é oriundo do neoliberalismo aparece no estudo sobre desenvolvimento de Montenegro e Favaro (2012), quando afirma que “não há grandes mudanças na via institucional do desenvolvimento” (*ibid.*, p. 47). O Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) é pouco mais do que um desenvolvimento local retocado, exercendo o mesmo papel funcional do neoliberalismo, porém, dentro de outra forma de regulação que mantém certo “re-escalamento” do Estado.

Todas as conquistas implantadas no Território Cantuquiriguaçu sob o viés da classe trabalhadora remete ao questionamento de como isso se torna possível. Nada aconteceu de forma espontânea, muitas lutas foram e estão sendo travadas contra o capitalismo e com o governo, no âmbito de modificar as ações do Estado e resistir às imposições do capitalismo globalizado. Como afirma Coca e Fernandes (2013), o território:

Caracteriza-se como um espaço onde se dão relações de poder, essas relações de poder são estabelecidas pelo conflito entre as classes sociais que tentam se apropriar de porções do espaço. O espaço é entendido como uma espécie de ‘matéria-prima’, a qual é transformada em território pela ação dos atores sociais (COCA; FERNANDES, 2013, p. 10).

Esse espaço ocupado pelos sujeitos possibilita avanços, e os avanços se concretizam na realidade histórica vivenciada dentro dos limites do modelo capitalista, que visa apenas ao lucro e ao desenvolvimento econômico em detrimento das demais dimensões, como a social e humana.

Essas lutas e conquistas possibilitaram um maior número de sujeitos vinculados aos

movimentos socioterritoriais, contribuindo no CONDETEC, e possibilitaram a hegemonia e o controle das cadeiras e das discussões dos recursos encaminhados ao conselho, como exemplo o recurso do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Além disso, configura-se como um espaço que propiciou a esses sujeitos coletivos buscarem alternativas, além daquelas propostas pelos governos.

Dessa forma, o protagonismo dos movimentos socioterritoriais no Território Cantuquiriguaçu como: a conquista do Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a hegemonia na condução do CONDETEC, 4.600 famílias assentadas, CEAGRO, Licenciaturas em Educação do Campo, Especialização em Educação do Campo, dentre outras conquistas, foram o diferencial em termos comparativos com outros territórios, que ficaram apenas esperando recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e reforma agrária de governo.

As conquistas supracitadas, sem dúvida foram alicerçadas pelas lutas do MST, em que a reivindicação pela terra fora um marco crucial no território para a reterritorialização dos camponeses, materializando a posse dos territórios camponeses pelos assentamentos, antes grandes latifúndios improdutivos. Isso implica a luta por políticas públicas como direito provocados pela concepção de agricultura e desenvolvimento rural a partir da questão agrária. Nesse sentido:

[...] a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato a sua destruição e recriação (FERNANDES, 2003, p. 13).

No entanto, as políticas públicas emancipatórias contribuíram à autonomia dos sujeitos, que se constroem nas relações conflitantes, sendo na luta de classe, que se determina a realidade e se constrói autonomias.

A partir de 2008, o território da Cantuquiriguaçu passou a ser denominado Território da Cidadania pelo Governo Federal, por meio de uma política do MDA. A designação significou o início de uma nova forma de utilização dos espaços criados pelo Conselho, como instrumento de legitimação às políticas compensatórias do Governo Federal. Os territórios instalados pelo Governo Federal para implantação de políticas atendem aos órgãos oficiais de economia e estes estão em disputa, podendo ser “concebido a partir da implicação de múltiplas relações de poder nas relações econômicas; ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 74).

Porém, a partir dessa análise, indaga-se como é possível, mesmo com a visão parcial dos governos, em relação à totalidade material e imaterial se construírem políticas públicas de fato emancipatórias? Será possível e como fazer, a partir da compreensão do modelo capitalista, que atua sobre os territórios, buscar condições objetivas para a transformação social? Como relacionar a preservação da vida humana e da natureza no capitalismo? Isso é possível?

Sob esses questionamentos, compreende-se conforme Santos (2000) que na produção do território, os elementos naturais e humanos se relacionam, integrando dimensões territoriais indissociáveis, as dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais. Trata-se de apropriação e dominação ao mesmo tempo. Portanto, com ou sem respostas, os movimentos socioterritoriais tem travado no seio da sociedade capitalista, movimento contra hegemônico na luta pela existência humana e da natureza, relações essas, quase sempre tensas e conflituosas.

O Plano Diretor contempla por meio desse intenso diagnóstico, a apresentação de dez pontos cruciais de pauta, sendo: o resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas, a geração de postos de trabalho e renda, educação e alfabetização de jovens e adultos, capacitação em todos os níveis e setores, atração e retenção na região de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos, etc.), integração intersetorial dentro dos municípios e na região, parcerias e

consórcios intermunicipais, parcerias com entes externos à região (Governos Federal, Estadual e ONGs); fomento à agroindustrialização na região, à otimização no uso da infraestrutura e dos recursos regionais.

O Plano Diretor da Cantuquiriguaçu (2003) demonstra que o documento foi elaborado a partir da demanda colocada pela associação dos prefeitos do território, a qual começou a se materializar com a realização do 1º Seminário de Desenvolvimento Regional em julho de 2002, que teve como objetivo divulgar o processo e sensibilizar as lideranças à participação.

Nesse primeiro seminário foi assinado um termo de compromisso dos prefeitos, como se fosse um pacto de desenvolvimento regional e de gestão participativa. No termo de compromisso, segundo a Cantuquiriguaçu (2003), os prefeitos assumem o compromisso de:

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da Cantuquiriguaçu, por meio da abordagem equilibrada da dimensão econômica, humana, ambiental, cultural e social, com ações na área de saúde, emprego, renda, educação, saneamento básico, habitação, segurança e lazer. [...] Comprometidos com a qualidade de vida de todas as pessoas de nossa comunidade: atuais e as que virão da cidade e do campo, as que constituem minorias, as mulheres e os jovens. Buscaremos integrar a todos em processos participativos que visem construir nosso desenvolvimento, respeitando nossa cultura, características e vontades locais. Fomentaremos as mudanças sociais, respeitando a vontade das pessoas de nossa comunidade, buscando construir um projeto coletivo. É nessa perspectiva que apoiamos e aderimos ao processo que deve gerar o Plano para o desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu e partilhamos da responsabilidade na sua gestão (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 112).

Nesse ponto, faz-se uma ressalva no sentido de pensar qual a proposta e quais são os intelectuais do plano de desenvolvimento aos países periféricos, no qual a América Latina e Caribe se enquadram, como aponta Montenegro e Favaro (2012):

[...] a escala Latino-Americana do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR), como já apontamos em outro momento, ganha uma formulação característica na escala da América Latina. Nessa região, a articulação de diversas instituições (como Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural - RIMISP, entre outras), diversos antecedentes teóricos (distritos industriais, *clusters*, desenvolvimento local etc.) e uma rede de *experts* estreitamente articulada (Alejandro Schejtman, Julio Berdegué, Ricardo Abramovay, Sergio Sepúlveda, Rafael Echeverri ou Manuel Chiriboga, para citar alguns nomes) vem forjando uma formulação do que seria o DTR, que se expande hegemonicamente por toda a região, com o Brasil no duplo papel de aluno e promotor avantajado (MONTENEGRO; FAVARO, 2012, p. 43).

No entanto, a construção do Plano Diretor, conforme Cantuquiriguaçu (2003) fora produzido por meio de um “processo participativo”, com a presença de lideranças locais, contando com uma equipe técnica das entidades governamentais estaduais. Dentre essas entidades como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), EMATER, núcleos de órgãos do Estado como, Regionais de Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura e trabalho, Participação também de técnicos das secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e professores.

O plano se orientou na perspectiva local e dos atores externos, presentes no processo numa correlação de forças e ideias, sendo representado, em sua maioria, por

políticos oriundos de cargos eletivos, como os prefeitos dos municípios do território. No entanto, a presença de lideranças locais e dos técnicos das prefeituras foi decisiva para manter um olhar mais aprofundado da realidade do território e para deixar de pensar somente por município e inculir a ideia de pensar no território como um todo e como espaço de luta pela autonomia e poder.

As lideranças do território, por meio do Plano Diretor e de acordo com Cantuquiriguaçu (2003), definiram dez diretrizes que devem orientar as ações estratégicas e os projetos para que a região da Cantuquiriguaçu se desenvolva, são elas:

[...] resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas - Destacam-se as ações relacionadas ao provimento de documentos pessoais, titulação de terras, acesso ao crédito, aos programas de renda dos governos Federal e Estadual (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação) e aos benefícios da previdência social (aposentadoria, pensões, etc.); e erradicação do trabalho infantil. Geração de postos de trabalho e renda, com destaque para a capacitação, apoio aos pequenos empreendimentos, agregação de valor aos produtos primários, notadamente os da agricultura familiar (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 86).

Enfatizou-se a necessidade de dar atenção especial à educação e alfabetização de jovens e adultos. Apesar das particularidades de cada município, destacou-se a necessidade de melhoria das estradas, da qualidade do transporte escolar, a formação e a remuneração dos professores, assim como a melhoria das condições físicas das escolas. Houve também, a demanda por ações de formação/qualificação, e atualização profissional para a mão de obra regional em todas as áreas, desde a capacitação e atualização de gestores públicos em áreas como: cultura, assistência social, saúde, orçamento e planejamento, até a formação continuada para todos os conselheiros dos municípios.

Segundo os dados da Cantuquiriguaçu (2013), a Associação dos prefeitos do território é mantida exclusivamente com recursos das mensalidades repassadas pelos municípios. A associação tem como propósitos: liderar, planejar, reivindicar, assessorar e empreender, buscando o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu em virtude dos índices de desenvolvimento preocupantes.

Não há como negar que o processo histórico de organização territorial na região é anterior à boa parte dos novos territórios criados em parcerias com o governo federal e organismos internacionais. Ele se origina da necessidade de buscar políticas públicas para a população do território em virtude do baixo IDH, uma população com um território empobrecido pela forma de ocupação, em que fica evidente a desigualdade social. Enquanto isso, haviam poucas famílias com alta concentração de terras e riquezas em detrimento da imensa maioria da população pobre.

Esse fato instiga a refletir que as estratégias dos prefeitos da Cantuquiriguaçu era pensar uma organização coletiva, proporcionando buscas articuladas por políticas comuns aos municípios do território, ou seja, políticas que viessem a atender ao conjunto da população. Não obstante, percebe-se que isso é uma disputa de poder com municípios maiores que cercam o território, como Cascavel e Guarapuava, onde basicamente o eleitorado é muito maior e que, pela forma de currais eleitorais, os deputados acabam enviando recursos públicos justamente para os municípios com maior número de votos.

Nota-se que nesse emaranhado de intencionalidades, de interesses da elite local arcaica e conservadora, que busca apenas seus próprios interesses patrimoniais e de poderes, surge uma possibilidade concreta de articular os municípios pelo território, não somente os prefeitos, mas envolvendo a participação da sociedade civil. Ou seja, somente a associação dos municípios não conseguiria ser o sujeito coletivo do território, sendo necessária a criação do Conselho de Desenvolvimento Territorial, com a participação de entidades e movimentos sociais.

Esse processo acabou unindo os diferentes sujeitos coletivos do campesinato e da agricultura familiar como: o Movimento Sem terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicatos dos

Trabalhadores Rurais (STR's), Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CORLAFES), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), Casas Familiares Rurais, Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Quilombolas, lideranças Indígenas, dentre outros. Sobre isso, Fernandes (2008) afirma que:

[...] temos, então, uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008, p. 280).

Vale ressaltar, que essa dinâmica não fez com que os movimentos socioterritoriais deixassem o foco de atuação de lado. O MST continuou na luta pela terra, na organização, na mobilização, na ocupação dos latifúndios improdutivos do território e focado também na educação, saúde e capacitação técnica dos sujeitos acampados. O MPA está focado no fortalecimento dos pequenos agricultores, educação, qualidade de vida, desenvolvendo projetos de liberação de créditos para a produção e programas de habitação.

Entretanto, os elementos da prática militante das lideranças dos movimentos, foram decisivos para a inserção dos movimentos no Conselho de Desenvolvimento Territorial, bem como a posterior capacidade de articular as políticas públicas, que viessem ao encontro da população do campo. Segundo Coca e Fernandes (2012), as políticas públicas executadas num determinado território:

[...] levam em consideração a conflitualidade e a diversidade. Esta tendência também é observada nas políticas públicas, os territórios tem sido alvo de vultosos investimentos por parte do Estado, porém, em muitos casos, eles são confundidos com as microrregiões geográficas, o que impede que se leve em consideração os territórios que existem no território. Um exemplo destas políticas públicas voltadas para os territórios é o programa do Governo Federal 'Territórios da Cidadania' que tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais no meio rural por meio de políticas territoriais (COCA; FERNANDES, 2012, p. 2).

Ao analisar o território como espaço de governança, não se pode minimizar o território de conflito, de disputa, de poder. Com esse entendimento, as lideranças dos movimentos passaram a estabelecer maior grau de coletividade e de diretividade nas políticas públicas no e para o território.

Fica evidente que a atuação dos movimentos sociais contribui significativamente na transformação do território, o *locus* das políticas públicas e o público beneficiado. Se os olhares forem direcionados para a composição do Conselho de Desenvolvimento Territorial no Plano Diretor, elaborado em 2003, para a composição do conselho em 2010, percebe-se um avanço radical na participação, bem como no direcionamento e tencionamento das políticas públicas.

No relatório das atividades do território, denominado de "Estratégias para o Desenvolvimento II (2009)", percebe-se que a participação das entidades não governamentais são, em sua maioria, representações dos movimentos e entidades camponesas, como Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Casas Familiares, (CEFAS), Comunidade Indígena de Rio das Cobras, Associação dos Quilombolas de Despraiado Candói - Pr (ASS. QUILOMBOLAS), Associação Paranaense dos Pequenos Agricultores (APPA), Cooperativa de Leite (COORLAF), Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária (CRESOL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FETAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), Movimento dos pequenos

Agricultores (MPA).

Apesar das contradições e de muitas políticas serem apenas compensatórias, o protagonismo do CONDETEC propiciou a formação de uma identidade territorial, pela luta orgânica e conquistas, das quais podemos destacar a efetivação do Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu.

Da utopia expressa no Plano Diretor à realidade do território Cantuquiriguaçu

A comparação do PDMC com os dados do censo de 2010 permite mostrar como era a realidade antes do plano, durante a elaboração do plano e com dados atualizados a fim de perceber se houve ou não avanços. Ou seja, comparar esses dados aos do Paraná e do Brasil para verificar em que medida o território teve destaque positivo ou negativo em determinada dimensão. Esses dados poderão explicitar se de fato as políticas de desenvolvimento territorial têm surtido algum efeito na região, e se os avanços são significativos ou não, após a elaboração do Plano Diretor.

Diante dos percentuais, 20.528 famílias do território Cantuquiriguaçu, residem no campo, o que corresponde a mais de 50% da população, apresentando o dinamismo da região no que se refere à permanência dos camponeses no campo. Nesse ponto, ressalta-se o trabalho do MST no assentamento de famílias camponesas e do MPA no trabalho de organização, produção e resistência na terra.

Em Cantuquiriguaçu a população diminuiu 0,09%, no Paraná aumentou 9,16%. Também houve no território da Cantuquiriguaçu a redução da população rural no período de 2000 a 2010 com queda de 6% dos habitantes do meio rural. Embora os dados apontem a redução de apenas 6% da população do campo, essa população, mesmo indo para as pequenas cidades do território mantém o vínculo com as atividades sociais, produtivas, culturais do campo. É visto que a maioria da população que evade o campo e emigra do território são os jovens, que buscam empregos nos grandes centros urbanos do Brasil e até da Europa.

Destaca-se uma impressionante melhora nos índices de todos os municípios do território da Cantuquiriguaçu. O município que mantém o melhor desempenho de IDHM em 2010 é Virmond, com valor de 0,722 e mesmo assim, tem o resultado abaixo do estado do Paraná, com valor de 0,749, e do Brasil, com de 0,730. O pior desempenho é de Diamante do Sul com IDHM de 0,608. Todos os municípios do território possuem um IDHM abaixo do IDHM do estado do Paraná e do Brasil.

Na educação o território passou de 0,177 em 1991, para 0,647 em 2000 e para 0,522 em 2010, esses dados mostram que houve melhoria na educação do território nos últimos 10 anos, em função de todo o dinamismo e luta por políticas educacionais por parte do Conselho de Desenvolvimento bem com pelas entidades e movimentos sociais do campo. Mesmo assim, entende-se que a educação é mais difícil mensurar qualitativamente em números, porém há conquistas recentes na área educacional como o Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde os resultados são a médio e longo prazo.

No Paraná em 2000, 9,0 % da população era analfabeta, em 2010 o número foi reduzido drasticamente para 5,77. No entanto, o Território da Cantuquiriguaçu permanece com a triste média de 11,77 % de sujeitos adultos acima e 15 anos analfabetos. A densidade demográfica em 2000 da Cantuquiriguaçu era de 19,84 hab/km², em relação á do Paraná, que era de 47,54. Em 2010, o território Cantuquiriguaçu passou para 18,27 hab/km², Paraná 52,27 hab/km² e no Brasil 19,92 hab/km.

Posteriormente ao ano de 1995, foram instalados vários assentamentos na região, o que tem alterado o padrão de distribuição de acesso a terra e, conseqüentemente, o índice de GINI (medida estatística de desigualdade) para vários municípios. O município de Rio Bonito do Iguaçu, por exemplo, a partir da implantação de um assentamento com 1.517 famílias, deixou de ser o 6º município com maior concentração – índice de Gini de 0,85 e

área média de 77,5 habitantes, passando a ser o 4º território com menor índice do Paraná, com 0,46 e 25,8 respectivamente.

Em relação à renda *per capita* houve um avanço significativo na média, passando de R\$ 197,46 em 1991, para R\$ 341,01 em 2000 e para R\$ 507,29 em 2010. A pobreza relativa em 2000 apresenta os 20% dos indivíduos mais pobres do território, com renda em média de 1,8% do total. Os dados mostram que em relação a 1991, que o índice era em média de 4,7% piorou, e em 2000 passou para 1,8% da renda apropriada pelos municípios mais pobres.

A população economicamente ativa (IPEA), no conjunto de municípios do território é de 104.630 pessoas, sendo que destes 52% (54.307 pessoas) são da área rural, 65% do sexo masculino (67.564 pessoas) contra 35% do sexo feminino (37.066 pessoas) – dados, IPARDES (2007).

A ocupação é baseada na formalidade das pessoas que são empregadores e trabalhadores com carteira de trabalho assinada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estatutários e empregos formais. Os dados obtidos permitem constatar que 14.447 empregadores formais, sendo na administração pública gera 36,82%; na indústria da madeira 15,71%; no comércio varejista 14,24 % e agropecuário 50% e serviços e comércio 10%.

Com base no valor do índice, os municípios são classificados em um dos quatro grupos, sendo os de baixo desempenho: municípios que obtêm valores de 0,000 a < 0,400; desempenho médio baixo: municípios com desempenho 0,400 a < 0,600; médio desempenho: valores de (0,600 a < 0,800); e se destaca com alto desempenho: municípios que apresentam índice de 0,800 a 1,000.

Ao estudar os índices do IPARDES (2012), verificou-se que o IPDM dos municípios da Cantuquiriguaçu em 2012 apresenta um baixo desempenho quando comparado um município com o seu próprio desempenho, nessa última década. Sua metodologia é construída a partir de diferentes estatísticas de natureza administrativa e disponibilizada pelas entidades públicas municipais.

Na análise dos dados do censo Agropecuário de 1995/96, o território apresentava 21.385 estabelecimentos rurais, e destes 19.864 eram estabelecimentos familiares (IAPAR, 2001), mostrando que o território é composto basicamente em sem meio rural por pequenas unidades familiares.

De acordo com os dados do IBGE, Censo Agropecuário 2006, há no território o predomínio de estabelecimentos da agricultura camponesa familiar, que totalizam 82% do número de propriedades, enquanto que os estabelecimentos não familiares são de apenas 18%. No entanto, a área ocupada é inversamente proporcional, visto que os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 30% da área, e os não familiares ocupam 70%. Diante disso, a média do tamanho das pequenas propriedades no território é de 15 hectares. E a média dos estabelecimentos maiores, não familiares é de 175 hectares.

A população que se ocupa da agricultura familiar representa 60.450 frente a 57.967 no censo de 1995/96, sabendo que o total de pessoas ocupadas na agricultura era de 64.180. Isso significa que 80% das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias realizam trabalho familiar em pequenas propriedades de agricultura camponesa. São 4.426 famílias assentadas que representam 21% dos agricultores familiares do território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar. Uma das maiores áreas reformadas da América Latina. Outro elemento a ser considerado é que o território Cantuquiriguaçu conseguiu manter um alto nível de população rural, em virtude da luta dos movimentos socioterritoriais, com a conquista de vários assentamentos.

Até 1999 foram criados 37 assentamentos, e no período entre os anos 2000 e 2009 foram criados mais 12, sendo que cinco deles são reassentamentos da Copel. O último assentamento criado pelo INCRA no território do Cantuquiriguaçu foi em 2006, no município de Reserva do Iguaçu, assentamento Paineira com 72 famílias. O território da Cantuquiriguaçu possui três comunidades remanescentes de quilombolas, localizadas nos municípios de Candói, Reserva do Iguaçu e Pinhão.

No município de Candói são três comunidades quilombolas certificadas: a de

Despraiado, a Vila Tomé e a do Cavernoso somando um total de 406 pessoas distribuídas em 75 famílias. Em Reserva do Iguaçu, na comunidade do Barranco, são aproximadamente 20 famílias acampadas à espera de uma decisão judicial quanto à disputa pela área “Fundão”, da Fazenda Capão Grande, sob a posse de uma grande cooperativa agrícola. O restante da comunidade, mais de trezentas famílias estão espalhadas nas periferias das cidades de Guarapuava e de Pinhão, com parcelas significativas de indivíduos quilombolas e em situação de extrema necessidade, vivendo como catadores de papéis e/ou em outras funções semelhantes.

O território possui a maior reserva indígena do Paraná, a reserva Rio das Cobras, com a presença das etnias Kaingang, Guarani e Xeta e uma população Indígena acima de 3.000 habitantes, localizadas nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, com área de 18.681,98 ha.

Das propostas destacadas em 2003 na elaboração do Plano Diretor, percebe-se a necessidade urgente de avanço em relação ao planejado sobre como reduzir a quantidade de uso de agrotóxicos, ampliar as áreas de produção agroecológica, e melhorar o nível de emprego: campo e cidade, ampliar a produção de alimentos, construir cooperativas, ampliar e garantir o acesso à terra, melhorar os caminhos de acesso à renda, a implantação do PAA, PNAE para todos os agricultores(as) familiares, ofertar programas culturais, diminuir a incidência de epidemias, conservação de patrimônio históricos. No que concerne à educação, visava-se reduzir em 50% o índice de analfabetismo, criar programas e cursos de educação ambiental, promover a construção de centros regionais de agricultura, educação, desenvolvimento, ampliar a oferta de cursos técnicos e cursos universitários, garantir o acesso de educandos(as) em todos os níveis da educação, construir centros tecnológicos.

Os projetos desenvolvidos e efetivados no território foram financiados com recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios (PROINF) dentre outros, de 2003 até 2010. Os programas visavam ao desenvolvimento de eixos importantes para o avanço territorial, para isso, somou-se um montante de R\$ 6.510.209,16, distribuídos ao longo desses 8 anos conforme observado na tabela 236. Esses recursos, em sua maioria foram utilizados para o fortalecimento e estruturação de instituições da sociedade civil e agricultura camponesa e familiar, na geração de renda através do fortalecimento dos sistemas produtivos, transformação e agroindustrialização. Esses recursos são ínfimos quando se trata de uma política de desenvolvimento territorial.

Conforme a “Matriz de Ações 2013” do MDA, as ações constantes nesse relatório estão sendo executadas no Território da Cidadania: Cantuquiriguaçu – PR. Um programa de destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual adquire alimentos da agricultura familiar, conforme Lei 11.326/2006, com dispensa de licitação, respeitando os preços de referência e os limites máximos por unidade familiar, destinando-os às pessoas em vulnerabilidade social. O PAA é utilizado para Alimentar sujeitos atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em casos específicos é destinado à rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, pela Modalidade Compra Institucional, o Programa possibilita aos estados, distrito federal e aos municípios, com recursos Cantuquiriguaçu – PR, estabelecer como meta, como exemplo, em 2013, atender a 254 famílias e investir um valor de R\$ 977.147,84 no Território Cantuquiriguaçu.

O PAA adquiriu produtos da agricultura familiar, advindos da reforma agrária de povos e comunidades tradicionais, com ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos como o uso preferencial para a venda no mercado institucional ou convencional. Esse programa tem como meta atender no território Cantuquiriguaçu, a 185 agricultores familiares, atingindo um valor de R\$ 470.842,33.

Segundo o relatório de ações do Governo Federal para os territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu – PR foram previstas para o ano de 2013 um total de 24 ações, com a previsão de investimento de R\$ 21.211.814,09. Vale resaltar, que nesse valor estão inclusas todas as políticas públicas do governo federal que passam pelos ministérios que compõem o bloco de apoio ao desenvolvimento territorial, mas isso não significa que essas políticas sejam implantadas só nos territórios da cidadania. A maioria são políticas públicas de

acesso a todos os cidadãos brasileiros, independente de pertencer ou não a um território da cidadania. Todos esses dados estão reunidos em um documento chamado de “Relatórios de ações do MDA”.

Assim, observa-se no estudo dos planejamentos, tanto do governo federal, e seus relatórios, quanto ao planejamento explicitado no Plano Safra Territorial 2010-2013, que os recursos do governo federal são ínfimos em relação ao planejado pelos sujeitos que compõem o conselho de desenvolvimento territorial.

Ressalta-se que dentre as ações pensadas pelo coletivo do CONDETEC, com a participação dos movimentos socioterritoriais, observa-se aquilo que seria um esboço para atingir as metas do Plano Safra Territorial 2010- 2013 (PST), e assim, ser um exercício de planejamento e ação de uma política de desenvolvimento territorial de fato e de direito, conforme afirmam os sujeitos entrevistados, o que consta no Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu em 2003.

Considerações finais

As observações realizadas demonstram a necessidade de fortalecimento do território junto ao Governos, municipais, estadual e Federal, de modo a consolidá-lo como escala, objetivando promover o desenvolvimento territorial e políticas governamentais específicas. Como exemplo, pode-se citar o Plano Safra Territorial 2010-2013 elaborado pelo CONDETEC, em 2010, mas que precisa ser política permanente e pensada em todas as dimensões.

A análise acerca do território ajudou na compreensão de como o território vem se desenvolvendo mesmo com muitas contradições, avanços e limites. Os avanços consolidaram o sentimento de pertencimento dos sujeitos ao Território, percebe-se neles certa expectativa no sentido da busca permanente por ações que resultem no desenvolvimento territorial.

O CONDETEC, por sua vez, tem sido um espaço de debate e de efetividade para o desenvolvimento do território, com uma reflexão contínua sobre as necessidades do povo da Cantuquiriguaçu. A luta acontece desde o princípio, pela busca por políticas públicas emancipatórias e que possibilitem à população do território, uma vida de qualidade, emancipação humana e política.

As contradições no território são evidentes, de um lado os movimentos socioterritoriais em busca do desenvolvimento autônomo, na luta pelo fortalecimento do CONDETEC, e em contraposição a instalação de empresas, de grandes cooperativas que buscam alinhar o agricultor camponês familiar ao projeto da agricultura capitalista pela mercantilização total de sua produção pela integração da produção e comercialização direta a empresa que fornece a infraestrutura. No entanto, o trabalhador rural do campo, desprovido de recursos materiais ou formação capitalista, acaba vendendo a sua propriedade para outro vizinho mais empreendedor, conforme a concepção de agricultura capitalista. Esse modelo contrapõe-se à redução das desigualdades e emancipação da população no território Cantuquiriguaçu.

Assim, destacam-se, na apreensão da realidade, pelas informações coletadas de diferentes agências de pesquisas, entrevistas, documentos do CONDETEC, e estudo bibliográfico, a atuação positiva e o protagonismo dos movimentos socioterritoriais como proponentes de políticas públicas junto às instâncias governamentais. No entanto, nem sempre as proposições dos governos vêm ao encontro da pauta popular, dos movimentos e da população em geral. Muitas das políticas atendem de forma precária e paliativamente à região, sem de fato fazer uma intervenção significativa na realidade da população do Território Cantuquiriguaçu, outrossim, os avanços na região como a instalação da Universidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS), são resultados da resistência dos camponeses e luta permanente dos movimentos socioterritoriais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. UFRGS, 2003.

ARCAFAR-SUL, Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.arcafarsul.org.br/page/conteudos/1/quem-somos.html>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Relatório de Execução – Plano de Execução 2010**. Territórios da Cidadania, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2010sinopse.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Territórios da Cidadania 2010**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>. Acesso em 23 de jan. 2013.

CANTUQUIRIGUAÇU - Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul Pr., 2003.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul Pr, 2004.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano Safra territorial 2010-2013**. Laranjeiras do Sul: CANTU, 2010.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu.. Disponível em: <http://www.cantuquiriguacu.com.br/>. Acesso em 05 de jan. de 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos Rurais: Territórios do território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná**. FCT- UNESP SP, 2012.

_____. **Um estudo da Diversidade e Atualidade da reforma Agrária: Análise dos Tipos de Assentamentos do Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**. UNESP SP, 2013.

COSTA, Joaquim Gonçalves. **O processo educativo no projeto saberes da terra do Território Cantuquiriguaçu : Limites e possibilidades**. 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo. América Latina en movimiento.** [em línea]. 2009. Disponível em: <http://alainet.org>. Acesso em: 23 de mar. de 2011.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / Arilson Favareto.** [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n.1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, v.16, p. 273-284, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Campesinato e Agronegócio na América latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos e lutas sociais na realidade brasileira. **Debate & Sociedade**, Uberlândia. v. 1, n. 2, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

IAPAR, Instituto Agrônomo do Paraná, 2001. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=869>. Acesso em: 22 abr. 2012.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização global.** Curitiba: IPARDES, 1997.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização global.** Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização global.** Curitiba: IPARDES, 2012

MARTINS, Mário R. **As Autarquias Locais na União Europeia.** Porto: Edições ASA. 2001.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A educação é um direito de cidadania. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, n. 1, 2009.

MOHR, Naira Estela Roesler (Org.). A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 791-817, set./dez. 2012.

MONTENEGRO, Jorge G.; FAVARO, Jorge L. Uma Leitura Crítica do Desenvolvimento Territorial Rural Realmente Existente: entre as condições. de possibilidade e a implantação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.39-69, jan./jun. 2012.

MOTA, Lucio Tadeu; CHAGAS, Nádía Moreira. **O guairá nos séculos XVI e XVII – as relações interculturais**. São Paulo: [S. l.], 2007.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, 2013. Caderno de estudo III. **O campesinato e a Agricultura camponesa no Brasil**. Editora: Associação Nacional da Agricultura Camponesa e Ehne-Bizkaia, Bi-zilur e Diputación Foral de Bizkai, País Basco (Espanha).

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Ed. Record, 2000.

Recebido para publicação em 11 de fevereiro de 2014

Devolvido para revisão em 01 de setembro de 2014

Aceito para publicação em 31 de janeiro de 2015